



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA OITAVA (18ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Oitava (18ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 08 de junho de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Sétima (17ª) Sessão Ordinária, realizada em 1º de junho de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 74, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 59/2015, datada de 02/06/2015, objeto do Ofício nº 59/2015, de igual data, “autorizando o repasse de recurso oriundo do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para o Instituto Beneficente Júlia Gardenalli Bazuco, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2015, de autoria do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, “dispondo sobre a realização de plebiscito, em nível municipal, sobre a privatização/parceria público-privada, ou concessão dos serviços de abastecimento de água do Município de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nºs. 59/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 74/2015 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 208 e 209, de 2015, do Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que envie à Câmara, cópia do contrato firmado entre a administração municipal e a empresa responsável pela instalação das câmeras de monitoramento” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que envie à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Câmara, cópia dos contratos de propaganda firmados com a administração municipal, nos anos de 2014 e 2015, bem como os respectivos editais e anexos”; nºs 210, 211, 212, 213, 219 e 221, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “sejam oficiados o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, o responsável pelo Fundo Social de Solidariedade e o responsável pelo Cartório de registro Civil de Mogi Mirim, para que informem quando será a nova edição do Casamento Comunitário”, “sejam oficiados o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, a Comissão de Festejos do Aniversário da Cidade, a direção do Esquadrão de Demonstrações Aéreas e CECOMSAER – Centro de Comunicação Social da Aeronáutica da Força Aérea Brasileira, para apresentação da Esquadrilha da Fumaça, em Mogi Mirim, no dia 22 de outubro de 2015”, “seja oficiado o Secretário Municipal de Obras, Habitação e Serviços, Wilson Rogério da Silva, para convocação, a fim de comparecer no plenário da Câmara Municipal, no próximo dia 15 de junho, às 18h30, para prestar esclarecimentos sobre a situação da infraestrutura do Parque das Laranjeiras”, “seja oficiada a Secretária Municipal de Planejamento e Mobilidade Urbana, Beatriz Gardinalli, para convocação, a fim de comparecer no plenário da Câmara Municipal, no próximo dia 15 de junho, às 18h30, para prestar esclarecimentos sobre a elaboração do plano municipal de mobilidade urbana”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, reiterando-lhe o contido no Requerimento nº 521/2014, para informações sobre o andamento da infraestrutura do Bairro Domênico Bianchi” e “seja oficiado o responsável pela pasta da Secretaria Estadual de Habitação, para informação sobre o andamento da documentação de regularização do Bairro Domênico Bianchi”; nº 214, de 2015, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiada a Mesa da Câmara, para realização de audiência pública, para o dia 13 de agosto, às 19 horas, no plenário da Câmara, para discussão sobre a autossuficiência do Serviço de Água e Esgoto – SAAE de Mogi Mirim”; nºs 215 e 226, de 2015, do Vereador Luiz



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Antônio Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a Elektro Eletricidade e Serviços, para que informe o porquê da demora em responder a demanda e realizar podas de árvores” e “seja oficiada a Mesa da Câmara, para realização de audiência pública, para o dia 08 de julho, às 19h30, no plenário da Câmara, para discussão sobre o plano de perdas do SAAE”; nºs 217 e 218, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “sejam oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que preste informações atualizadas e mapa completo da planta genérica do Município de Mogi Mirim” e “sejam oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe quando será possível a troca das lâmpadas da iluminação pública, por lâmpadas de LED”; nºs. 224 e 225, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “sejam oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta cópia, na íntegra, do procedimento licitatório Concorrência Pública nº 002/2014” e “sejam oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe, se existe solicitação, por parte da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S/A – Intervias, de emissão de conformidade com as diretrizes municipais para duplicação da SP – 191”. O Requerimento nº 223, de 2015, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiada a Mesa, para realização de audiência pública, no dia 30 de julho de 2015, às 19h30, no Plenário da Câmara, para discussão da privatização do SAAE”, teve sua discussão requerida, pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho, conforme Artigos 152, § 3º; 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 250, 252 e 253, de 2015, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “criação de um herbário de plantas medicinais, junto ao viveiro municipal de mudas”, “construção de passeio na Praça Dayrson Chiarelli, situada no Jardim América, Bairro Tucura” e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“estudos para instituição de uma Semana Educativa Sobre Multas de Trânsito, entre os motoristas, que transitam pelo município”; nº 251, de 2015, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, sugerindo, “reparos na pavimentação da Rua Gino Balestro, Bairro Santa Cruz”; nº 254, de 2015, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “construção de redutores de velocidade, tipo lombada, na Avenida Luiz Pilla e na entrada do Condomínio Residencial Soares, no Distrito de Martim Francisco”; nº 255, de 2015, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, “demarcação de vagas de estacionamento, nas ruas que não possuem zona azul, localizadas na região central”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nº 45, de 2015, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, com o Serviço de Obras Sociais – SOS de Mogi Mirim, pelo cinquentenário de atividades, com recursos próprios”; nº 46, de 2015, do Vereador Laércio Rocha Pires, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos, com o jovem Nivandro Maciel de Camargo Oliveira, pela classificação em primeiro e segundo lugares nos eventos de Mountain Bike na copa Kalangas Bikers, em Divinolândia, e Circuito Paulista de Mountain Bike, em Mococa”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício, datado de maio de 2015, subscrito pelo Sr. Rubens Cury, Subsecretário da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, “respondendo ao Requerimento nº 80/2015, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); Ofícios nºs. 293, 337, 338, 339, datados de 25 de maio e 1º de junho de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito dos Requerimentos nºs 671, 608 e 519/2015; Indicação nº 196/2015; Indicação nº 173/2015; Requerimento nº 448/2015, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que, de início, agradeceu a presença do intérprete de Libras, na sessão em curso. A seguir, versou sobre a denúncia que tinha feito, na sessão passada, a respeito da perda do prazo de apresentação do plano municipal de mobilidade urbana, por parte da Secretaria de Mobilidade Urbana, um lapso que acarretaria a suspensão da vinda de recursos federais para o município, assunto também noticiado nos jornais, no final de semana. Falou que o mais absurdo tinha sido a resposta, da prefeitura, que endossava a notícia da perda de prazo, justificando que um projeto estava em trâmite, na Câmara dos Deputados, autorizando a extensão do prazo para apresentação do plano municipal de mobilidade urbana, até 2018, e que, a prefeitura estava, então, aguardando a aprovação de tal matéria, em âmbito federal. Todavia, a vereadora questionou a resposta, porque a prefeitura havia contratado uma empresa, para elaborar o plano de mobilidade urbana, ao preço de cento e quarenta e seis mil reais, algo desnecessário, na opinião da oradora, porque a Secretaria de Mobilidade tinha estrutura, engenheiros e técnicos, e poderia ter elaborado o plano, por conta própria, bastando um estudo aprofundado, e ainda, a empresa, que tinha sido paga com dinheiro público, não conseguira entregar o plano, perdendo o prazo, o que, consequentemente, implicava em perdas também para o munícipe, pois a cidade tinha perdido recursos, os quais poderiam ser aplicados em mobilidade urbana, calçadas, rampas e outras coisas. Relatou que a prefeitura, em nota, esclarecera que Mogi Mirim não seria prejudicada pela perda do prazo, porque não existiam convênios, ou verbas relacionadas à mobilidade urbana, levando a vereadora a questionar, se as obras de infraestrutura no Parque das Laranjeiras e a revitalização da Rua XV de Novembro eram porventura uma farsa. Para encerrar, aconselhou o prefeito a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fechar a Secretaria de Mobilidade Urbana, porque era ineficiente e desnecessária, “um cabide de empregos”, haja vista que não tinha conseguido elaborar sequer o plano de mobilidade, para o município, só servia para instalar radares na cidade, não tinha competência para pintar faixas no solo e o semáforo da Avenida 22 de Outubro era “uma festa junina”, porque só piscava, todo o relato, um absurdo. A próxima oradora foi a Vereadora Daniela Dalben Mota, que falou sobre o Centro de Reabilitação de Mogi Mirim. Relatou todo o histórico, contando que o prédio fora construído com propósito de ser um centro municipal de fisioterapia, mas acabara sendo ocupado pela Rede Estadual Lucy Montoro, algo que fora “um orgulho para os mogimirianos”. Porém, atualmente, o centro, localizado na Avenida Adib Chaib, estava vazio, desocupado que fora, pela rede estadual, mas ainda sob domínio do Governo do Estado, em razão de convênio celebrado, e salientou que Mogi Mirim persistia numa carência enorme, no setor de fisioterapia. Desta forma, a vereadora solicitou o apoio de todos os edis, pois pretendia elaborar um ofício, endereçado ao Governo do Estado, para solicitar o retorno do prédio para o município, a fim de que a fisioterapia retornasse ao lugar, a prefeitura pudesse aumentar a oferta de sessões e realizar seu trabalho. Relatou ainda, que, atualmente, o município pagava aluguel para o Instituto Coronel João Leite, onde se situava o serviço de fisioterapia municipal, mas não sendo possível atender todos os setores naquele local, e, para concluir, parabenizou a equipe de colaboradores do Instituto Coronel João Leite, “grupo que lutava em prol da terceira idade”, congratulando-se também, pela maravilhosa festa junina, tão tradicional, realizada no último final de semana, a qual angariava fundos à manutenção das obras do asilo. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, registrou em ata sua posição contrária ao Projeto de Lei nº 58/2015, que rogava a doação de uma gleba de terra, cerca de trinta e três mil metros quadrados, de propriedade do município, à empresa Conexão De Um Líder Treinamentos e Consultoria Ltda. ME. Aclarou que era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

totalmente contra a proposta e sugeriu ao empreendedor que comprasse uma das tantas áreas que a prefeitura iria colocar à venda, áreas tais como a do antigo campo aviação e da A.A.A. Vila São José. Sugeriu, igualmente, que a área fosse doada à uma entidade, sem fins lucrativos, e propôs aos vereadores, que se diziam chateados com o prefeito, que votassem com a população, contra a doação. Sobre outro assunto, registrou sua profunda tristeza para com o Governo do Estado de São Paulo, pela postura diante da greve dos professores da rede estadual, uma vez que o Governador não recebera, para o diálogo, sequer a comissão de greve, quando era sabido, que ele tinha recebido todos os outros sindicatos de classes de trabalhadores, mas havia deixado esclarecido, que com a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, ele não conversaria, e ainda, que ele proibira o Secretário de Educação de qualquer diálogo com tal sindicato. O vereador perguntou por que o Governador agia desta forma autoritária, para com os professores, pessoas que educavam as crianças, e ainda, até quando os professores não seriam ouvidos em suas reivindicações, concluindo, enfim, que a situação era muito triste e informou que uma nova assembleia da categoria estava prevista para a próxima sexta-feira. Concluindo, registrou a presença, nas Galerias da Câmara, da funcionária de carreira e ex-presidente do SAAE, Rosandra Bronzatto, aclarando que a servidora, grande conhecedora da matéria, estaria presente nas audiências públicas aprovadas, para discussão do plano de perdas e da autossuficiência do serviço de água e esgotos de Mogi Mirim. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que se reportou ao Projeto de Lei nº 74, de 2015, lido na presente sessão, autorizando o repasse de recurso, oriundo do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para o Instituto Beneficente Júlia Gardenalli Bazuco. A vereadora explicou que se tratava do antigo Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade – CEFEC, localizado na Rua Ministro Cunha Canto, 550, centro da cidade, e trabalhava com gestantes e idosos. Convidou aos que desejassem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conhecer o trabalho da entidade, para uma visita, nas terças-feiras, o dia todo, e nas quartas-feiras, no período vespertino, quando estariam presentes a maioria dos idosos assistidos e comentou que a associação realizava um trabalho muito importante com idosos, preparando-os para o envelhecimento, com saúde e dignidade. Depois, dirigindo-se ao Vereador Waldemar Marcurio Filho, questionou o pedido de discussão para o Requerimento nº 223/2015, de sua autoria, para realização de audiência pública, visando a discussão da privatização do SAAE, colocando que não entendera o porquê da solicitação, haja vista que a audiência era o espaço aberto e certo para discussão pública de situações conflitantes, vencendo o diálogo aquele que conseguisse mostrar a verdade, em seu ponto de vista. Destacou que a população tinha direito ao debate e afirmou que esperava ver sua proposta aprovada, para entender os termos e colocar ponto final no assunto, lembrando, igualmente, que o pedido de audiência era desejo de vários segmentos da sociedade de Mogi Mirim. Como o próximo orador inscrito, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistiu da palavra, ocupou lugar na tribuna, para discursar, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Este parabenizou e elogiou o Secretário Municipal do Esporte, Turismo e Lazer, Dirceu Paulino, pela realização dos Jogos dos Trabalhadores, evento que tivera boa organização, com a participação de nove empresas, sendo a empresa Balestro a que fizera maior pontuação. Para finalizar, o vereador parabenizou todos os participantes dos jogos e salientou que, mesmo dentro de um governo complicado, existiam secretários, que conseguiam trabalhar e empreender, mesmo sem apoio, ou recursos, como era o caso do Secretário do Esporte, Turismo e Lazer e do Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto. Sobre a greve dos professores da rede estadual, o vereador informou que os vereadores do PSDB, Maria Helena Scudeler de Barros e ele, orador, haviam conversado com deputados e, realmente, o governo estadual não abria canal para diálogo, que ele desejava saber o porquê disso, de ser apenas com os professores e que, ele acreditava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

havia “boi na linha”, um problema sério envolvido, mas que os vereadores peessedebistas continuariam tentando intermediar o diálogo com a APEOESP. Por fim, ratificou o apoio do PSDB aos professores em greve. Como o próximo orador, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna, para discursar, o Vereador Luiz A. Guarnieri. Este teceu comentários sobre seu requerimento, através do qual pediu à Elektro Eletricidade e Serviços, informasse o porquê da demora em responder a demanda e realizar podas de árvores. Explicou que o entrelaçamento dos fios na rede de energia, causava insegurança, que, no passado, existira a parceria entre Elektro e Prefeitura de Mogi Mirim, mas que, atualmente, ninguém era capaz de resolver a situação, porque a concessionária de energia não estava mais realizando as podas e a prefeitura, por sua vez, quando das podas feitas, deixava de recolher os entulhos, o que ocasionava mais um desserviço, sem falar na reposição de lâmpadas, algo para o qual, não se sabia mais a quem recorrer. Aclarou que, por mais que os vereadores tentassem, não conseguiam explicar ao munícipe, que se tratava de uma situação pendente, então, o requerimento estava para esclarecimentos, para que a população não mais sofresse com a falta do serviço, porque a prefeitura, no setor de Serviços Municipais, deixava muito a desejar. Prosseguindo, agradeceu a aprovação de seu requerimento, que pediu realização de audiência pública, no dia 08 de julho, para discussão do plano de perdas do SAAE, garantindo a presença da ex-presidente do SAAE, Rosandra Bronzatto. Sobre a solicitação feita pela Vereadora Luzia Nogueira, sob pedido de discussão do Vereador Waldemar Marcurio, o vereador do PT acentuou que era preciso deixar de lado a palavra privatização, ampliar e discutir o SAAE, como deveria ser discutido, se a autarquia se manteria sozinha, ou precisaria de outros investimentos, bem como outros assuntos. Salientou que a discussão era bem-vinda, para que fosse possível discorrer e perguntar, justamente, a quem era versado no assunto, trazendo também o munícipe, para que pudesse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

participar, envolvendo-se nos questionamentos, num momento ímpar, objetivando esclarecer a opinião pública. Falou ainda sobre a greve dos professores, colocando que a situação era complicada, delicada, que era necessário o diálogo, haja vista que a falta de atenção ao ensino e à educação era o que mais prejudicava o país e os municípios, numa visão de futuro. Finalizando, aclarou que era preciso colocar “o dedo na ferida”, procurar as devidas soluções, a curto, ou longo prazo, dentro do orçamento do Estado, para que tudo se resolvesse a contento. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, primeiramente, abordou o assunto de sua indicação, sugerindo um redutor de velocidade para a Avenida Luiz Pilla, no Distrito de Martim Francisco, via de grande fluxo de veículos e de muitos acidentes. Prosseguindo, falou sobre o Requerimento nº 223/2015, de autoria da Vereadora Luzia Nogueira, que pediu para discutir, esclarecendo-lhe o motivo do pedido de discussão. Aclarou que havia solicitado ao assessor da vereadora, que retirasse o requerimento e o reapresentasse, depois de mudada a nomenclatura, porque ele, orador, não havia votado nenhuma “privatização” do SAAE, mas sim, uma autorização para parcerias público-privadas e comentou que, na Câmara, confundiam “caçarolinha, com rolinha”. Afirmou que era favorável à audiência pública, à discussão, à exposição da ex-presidente do SAAE, Rosandra Bronzatto, pois ela tinha conteúdo e conhecimento de causa, inclusive, que pretendia estar presente, mas não poderia aceitar os termos redigidos na propositura, “discussão da privatização do SAAE”, porque induzia a erro, querendo dizer que ele tinha votado algo, que não tinha. Destacou, que percebia uma tentativa de induzi-lo ao erro, mas falou que não seria “pego de bobeira”, que muitos vereadores, não sabia se pela emoção do momento, acabavam por deixar passar a mensagem subliminar, mas não ele, e, para encerrar, sublinhou que a ideia não era ruim, era muito boa; que apenas pedira à assessoria da vereadora, que mudasse o conjunto de termos, o que lhe fora negado, e que, pedida a discussão, se a redação não fosse alterada, ele, orador, votaria contrariamente ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pedido. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que abordou o assunto de seu requerimento, pelo qual pediu informes, por parte da prefeitura, da existência, ou não, de solicitação da Intervias, de emissão de conformidade com as diretrizes municipais, para duplicação da SP – 191. Explicou que, na última reunião do Conselho Rural, tinha sido exposta a grande preocupação dos agricultores com a duplicação da citada rodovia, haja vista que, na mesma época, quando da medição da Rodovia SP - 147, fora feita a medição na Rodovia SP – 191, procedendo daí a preocupação com a emissão de conformidade, com as diretrizes municipais, concedida pelo Secretário de Obras, Wilson Rogério. O vereador temia ocorresse a mesma situação que a da duplicação da SP – 147, quando os agricultores não tinham sido consultados sobre suas necessidades e a concessionária não deixara acesso às máquinas agrícolas, prejudicando os munícipes, e, para concluir, explicou que fazia o pedido, para que os agricultores não ficassem desprovidos de passarem de um lado para outro, na rodovia. O próximo orador foi o Vereador Benedito José do Couto, que efetuou discurso voltado para o Parque das Laranjeiras, bairro onde residia. Relatou que parte do bairro, afastada no passado, tinha sido conquistada, fruto de muita luta, mesmo quando ele ainda não era vereador; que prosseguia nessa luta, defendendo o bairro, além de outros segmentos da cidade; que acompanhava o trabalho da Secretaria de Obras e do gestor da pasta, que não estava medindo esforços para efetuar a infraestrutura; que, contrariando o que tinha escutado, na Casa, constatara que as máquinas tinham iniciado o trabalho, nada data prevista; que o início das obras seria pela Rua 19, o serviço era destinado ao alinhamento e preparação da via, para colocação de guias e, posteriormente, aplicação da massa asfáltica, em três ruas, que era grande a sua felicidade em ver que a administração, apesar das dificuldades, não estava medindo esforços e estava honrando o compromisso assumido com àquela população sofrida e que, ele prosseguiria, lutando para que a obra se completasse e trouxesse dignidade àquela população. Sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outro tópico, o vereador comentou o requerimento da Vereadora Luzia, estabelecendo que tinha muito apreço pelo pedido e concordava com a audiência, porque as discussões deviam prosseguir, mas ratificava as palavras do Vereador Waldemar Marcurio, de que a nomenclatura estava distorcida na propositura, porque ele não tinha votado qualquer privatização do SAAE, mas sim, uma concessão de parcerias público-privadas. Para finalizar, falou que a Vereadora Luzia tinha colocado uma mentira no requerimento e pretendia induzir os pares a concordar com ela, quando ele não concordava, de forma alguma, com a indução. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que discorreu sobre o Parque das Laranjeiras e sobre a dificuldade dos moradores, principalmente, no momento atual, quando as galerias de águas pluviais estavam sendo instaladas no bairro. Questionou por que certas ruas, que já estavam quase prontas, que tinham saneamento e iluminação, não eram concluídas, e os moradores continuavam a sofrer e informou, por conseguinte, que a prefeitura tinha decidido pela conclusão dos serviços em tais ruas e que, amanhã mesmo, ele estaria no bairro, falando com os moradores sobre isso, e comunicou a sua felicidade, unida à felicidade dos moradores, os quais lutavam pelo asfalto, há tantos anos, uma luta dos moradores, vereadores e da administração. O vereador parabenizou os moradores do bairro, mas também registrou que outras trinta e oito ruas ainda estavam sem asfalto. Depois se reportou à fala da Vereadora Dayane Amaro Costa, sobre mobilidade urbana e de como a falta de um plano municipal de mobilidade poderia influenciar, negativamente, à cidade. Registrou, que, em 2013, quando da assinatura do PAC, pela Presidente da República, ele estivera em Brasília, e que, naquele momento, tratavam-se de doze milhões de reais, possíveis de serem aplicados no Laranjeiras, quando, atualmente, falava-se em apenas três milhões reais. Falou que a prefeitura tinha perdido a data para entrega do plano de mobilidade urbana e isto era algo muito sério, para o município. Para concluir, afirmou que prosseguiria, lutando pela verba, pelas obras de infraestrutura



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

no Parque das Laranjeiras, que os vereadores não podiam ser demagogos, deveriam considerar o trabalho dos moradores, pessoas que sofriam e buscavam melhorias há quase trinta e dois anos, e que, ele iria até o Governo Estadual, acompanhado dos vereadores do PSDB, pois o governo tinha parcerias e ele falaria também, com deputados, na tentativa de resolver, definitivamente, a questão das escrituras dos imóveis, assunto que estava estacionado, atualmente. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires que, desde logo, requereu, *conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”*, o que foi aprovado unanimemente pelo Plenário. Ato contínuo, parabenizou a Vereadora Daniela Dalben Mota, pela conquista da quadra poliesportiva e da piscina aquecida, em implantação no Instituto Coronel João Leite, o asilo de Mogi Mirim. O vereador também se congratulou com a Secretária de Educação, pela inauguração cisterna na EMEB Altair Corsi Costa, bem como agradeceu o Secretário de Obras, pelo seu empenho nas obras de infraestrutura no Parque das Laranjeiras, afirmando que “as coisas estavam caminhando e um pouco das promessas estavam sendo cumpridas”. Sobre o requerimento da Vereadora Luzia Cristina Nogueira, com pedido para discutir, o vereador do PPS disse que os vereadores tinham que “jogar limpo” com a população; que ele desconhecia qualquer projeto aprovado, para privatização, ou venda do SAAE; que aqueles, que eram contra as parcerias público-privadas, ou à concessão e à privatização deveriam comparecer na audiência, para o debate, todavia, não utilizando de mentiras, ou soltando panfletos mentirosos, falando sobre “venda do o SAAE”; que tais atitudes eram mentiras de pessoas mal intencionadas, que já tinham estado no poder municipal, no passado; que a população tinha que participar de audiências públicas, realmente; que, se a vereadora autora, alterasse a redação da propositura, ele votaria favorável, mas, se insistisse com as mentiras sobre “a venda do SAAE”, a propositura receberia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seu voto contrário. Parabenizou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, pela anotação, pelo pedido de discussão, trazendo à baila o subterfúgio, porque a população tinha mesmo que saber da verdade, ou seja, que não existia projeto de venda, ou privatização do SAAE. Por fim, comentou a respeito da Moção que apresentou, contendo votos de congratulações e aplausos para com o jovem Nivandro Maciel de Camargo Oliveira, pela classificação, em primeiro e segundo lugares, nos eventos de Mountain Bike, na copa Kalangas Bikers, em Divinolândia, e no Circuito Paulista de Mountain Bike, em Mococa. Explicou que se tratava de um jovem batalhador, de família pobre, que Nivandro Maciel Oliveira sempre mostrara aptidões para o esporte e requereu ao presidente, autorização para apresentar o rapaz à edilidade, no plenário, pedido que foi deferido, o rapaz adentrou ao plenário e foi aplaudido por todos os presentes. A próxima oradora a fazer uso da palavra foi a vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que falou sobre audiências públicas. Falou que seria possível iniciar uma discussão sobre o tratamento de água e sobre o esgotamento sanitário em audiência, agendada para o dia 10 vindouro, quando estariam presentes, na cidade, representantes das agências reguladoras dos serviços de saneamento das bacias dos rios Capivari, Piracicaba e Jundiaí; que o assunto seria a apresentação da revisão das tarifas de água e esgotos, que vinham aumentando; que os técnicos estariam em Mogi Mirim, para falar de aumento; que era evidente, que a energia teria sua tarifa elevada, bem como a água, sendo este, o momento ideal para discutir a autossuficiência do SAAE, que o requerimento do Vereador Luiz, propondo audiência pública, era muito importante, para se discutir o que o povo desejava e que, o referendo era também muito importante e os vereadores deviam ouvir a população, pois o povo não aguentava mais pagar e sobreviver. Depois falou sobre a inauguração da UBS Dr. Marcelo Orlandi, agendada para o dia 11 de junho, e explicou que, em 10 de abril último, tinha ingressado com requerimento, também assinado pela Vereadora Luzia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nogueira, contendo observações sobre a obra, para o qual, não tinha recebido qualquer resposta. Colocou que as vereadoras estavam recebendo várias reclamações sobre a UBS, a ser inaugurada, principalmente, a falta de um ralo, para escoamento da água, na sala de curativos, onde, justamente, a possibilidade de contaminação era maior e a falta de escoamento dificultava a limpeza do local. Afirmou, que apenas este detalhe era razão suficiente, para impedir a inauguração e, para encerrar, frisou que esta era a administração que a oposição contestava, ou seja, “malfeita e meia sola”. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h02, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No interstício, conforme requerimento verbal do Vereador Laércio Rocha Pires, aprovado por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**” e deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário a *Senhora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, Secretária Municipal de Educação*, que na ocasião versou sobre o Sistema SESI de Ensino e cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da casa por trinta dias. Finda a tribuna livre, decorrido o interstício regimental e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 71, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a realizar processo licitatório, na modalidade concorrência pública, para contratação de pessoa física ou jurídica especializada para a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

exploração de espaços públicos, a título oneroso, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, explicando que o projeto disciplinava uma situação, sempre confusa, nos campos de futebol da cidade, localizados no Bairro Mirante, na Santa Cruz e Tucura, e que, seu voto seria favorável. O Vereador Luís Roberto Tavares também discursou, posicionando-se favorável ao projeto e destacou que o estádio Maria Paula, na Vila Dias, não estava incluso no rol das autorizações, porque nele não existia local próprio para exploração, almejando tal espaço, para o futuro; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 71/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 38, de 2015, de autoria do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, “tombando como patrimônio histórico e cultural, de natureza imaterial, do Município de Mogi Mirim o MOGI MIRIM ESPORTE CLUBE”; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 38/2015, do Vereador Luiz Guarnieri); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente registrou convite à imprensa, aos munícipes e aos vereadores, para audiência pública com a Secretária de Mobilidade, Beatriz Gardinalli, para esclarecimentos sobre o Plano Diretor e suas alterações, às 14 horas, no dia 10 de junho, quarta-feira, no plenário da Câmara. Posto isto, o Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que agradeceu à administração pela entrega de documentos referentes às castrações, feitas no município, resposta tardia a um seu requerimento. Depois, falou sobre o plano diretor,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estabelecendo que o que mais a preocupava era a fala da secretária, que havia dito, que o plano de mobilidade urbana seria anexado ao plano diretor e, como a oradora tinha conhecimento da existência de uma minuta, na íntegra, perguntava, então, onde estava o plano de mobilidade urbana. Acrescentou, que se o plano diretor chegasse à Câmara, sem conter incluso o plano de mobilidade urbana, ela daria voto contrário. Versou ainda, sobre o Projeto de Lei nº 58/2015, de doação de gleba de terra, de propriedade do município, à empresa Conexão De Um Líder Treinamentos e Consultoria Ltda. ME, objeto da fala do Vereador Cinoê Duzo. A vereadora falou que o município não teria vantagem alguma com a doação para a empresa de serviços, pois a vinda dessa empresa nada agregava à população, que o poder público não poderia se curvar para a iniciativa privada e que, a doação não compensava, Mogi Mirim tinha outras prioridades e ela daria voto contrário à doação. A Vereadora Daniela Dalben Mota foi a próxima oradora e se reportou às palavras da Vereadora Maria Helena, sobre a situação das UBS, justificando, que as construções datavam dos anos 80 e 90, do século passado, com muitas falhas de planejamento arquitetônico, sem expurgos, por exemplo; que cuidados de reforma não tinham sido empregados, ao longo do tempo; que, se ela fosse a secretária de saúde, mandaria fechar todas as unidades, porque todas estavam em estado crítico e as reformas eram atitudes paliativas; que ela, quando diretora de saúde, tinha proposto a implantação de um sistema de qualidade na cidade, algo que era necessário implantar, todavia, sem necessidade de consultoria contratada, porque o plano estava pronto; que não estava criticando o atual gestor, Gérson Rossi Júnior, mas se o plano não fosse implantado, a situação ficaria crítica, pois era o momento de se repensar os conceitos de saúde, em Mogi Mirim, e implantar um sistema de qualidade. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que também falou sobre a saúde, em Mogi Mirim. Afirmou que a Secretaria de Saúde continuava com as propagandas enganosas, e a prova eram as reformas nas UBSs, apenas “uma maquiagem”; que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

responsável pela situação era o Secretário de Saúde, certamente, pessoa que não tivera capacidade sequer de percorrer as UBSs, para saber o andamento das reformas, num exemplo claro de má gestão; que sair na foto era coisa fácil, difícil era a prática, na gestão, coisa diferente, pois a realidade era sempre outra, haja vista que não se via um atendimento de qualidade e os recursos materiais estavam a desejar, numa continuidade de erros da atual administração; que o “estojo de maquiagem” estava com a data vencida e o povo não aguentava mais máscaras, pois, no intervalo da sessão, ele tinha recebido a notícia de mais uma vítima da escuridão, da falta de iluminação, da irresponsabilidade da concessionária Elektro versus prefeitura municipal, munícipe que viera a óbito, e o povo prosseguia sendo lesado e as famílias perdendo familiares, e que, a Contribuição de Iluminação Pública – CIP tinha sido votada e não havia como negar tal votação, mesmo aos que se sentiam mal, esbravejavam e batiam o pé, porque, certo era que nem ele, orador, nem os Vereadores Maria Helena, Luís Roberto, Luzia e Luiz tinham aprovado tal absurdo. Referente ao curso Conexão de Um Líder, o vereador conjecturou que o curso poderia até ser positivo, para auxiliar pessoas a melhorarem a capacidade pessoal e, conseqüentemente, para melhoria da cidade, como um todo, mas lembrou que o prefeito havia feito o mesmo curso e estava levando a cidade para o abismo. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia C. Nogueira, que falou sobre o calendário de coleta de entulhos, reclamando que a prefeitura não cumpria o próprio cronograma, não coletava os entulhos nas datas marcadas e, ainda por cima, multava os populares que colocavam o entulho na calçada, à época programada para coleta. Salientou que a fiscalização multava os populares, mas que, quando a prefeitura não seguia as regras, não coletava no dia marcado, para recolher o entulho, ninguém podia multar a prefeitura. Perguntou como ficaria tal situação e expos que eram inúmeras as reclamações, inclusive, com matérias publicadas nos jornais, tratando sobre o assunto. Para terminar, reforçou a importância da presença da população, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Câmara, no dia 10 de junho, para audiência do SAAE, quando seria exposta a proposta de aumento da tarifa de água. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que comentou a moção que apresentou, contendo congratulações e aplausos para com o Serviço de Obras Sociais – SOS de Mogi Mirim, grupo de atuava há décadas na cidade, sem qualquer verba do governo, ministrando cursos de corte e costura, cabelereiro e computação. Parabenizou os membros do SOS, uma instituição que funcionava, progredia, berço de muitos profissionais, que haviam passado pelas salas de aula, formando-se “cidadãos de verdade”. Como os próximos inscritos, Vereadores Osvaldo Quaglio, Daniel Gasparini dos Santos e Luiz Guarnieri, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, de início, disse que adiaria o anúncio de sua nova sigla partidária, para quando sua saída do PT fosse concretizada, oficialmente. Depois falou sobre a entrega de abaixo-assinado, em endosso ao projeto de lei do plebiscito sobre a privatização do SAAE. “O Batman veio, protocolou o pedido de populares, com mais de três mil e seiscentas assinaturas, e eu quero que o Batman se exploda, mas a população eu respeito; porém, o que está no cabeçalho do abaixo-assinado é a palavra privatização, então, os Serviços de Saneamento de Mogi Mirim - SESAMM, que todos votaram favoráveis no passado, na administração Carlos Nelson Bueno, não é uma concessão? Todos os populares pagam o esgoto e se trata de uma concessão; alguns falam da parceria público-privada do SAAE como privatização; eu sou contra a privatização do SAAE, nunca votaria favorável a isso, mas eles insistem em usar a palavra privatização, induzindo as pessoas, que estão em suas casas, a pensar que o SAAE vai ser vendido; um munícipe, nas galerias, falou que o Vereador Laércio Rocha Pires era mentiroso, mas eu conclamo aos que falam, que me mostrem a lei e o que ela reza, desafio que me provem, que me mostrem se tratar de privatização; não entendo tanta polêmica nisso, se a SESAMM é a mesma coisa, então, será que as bases eram contrárias e, hoje, a situação é oposição?”, explanou e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

encerrou sua participação. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que convidou todos os presentes para a reunião da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros no dia 11, às 14 horas, no plenário da Câmara. Como o próximo orador inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. Este abordou os problemas da Rua Tupinambás, no Bairro Mogi Mirim II, cujos moradores estavam atormentados, desde dezembro último, depois de uma forte chuva e de um vendaval. “Os moradores me procuraram e eu indiquei, que fizessem um protocolo na prefeitura, pedindo um laudo municipal, sobre as condições das casas e eles receberam resposta, de que a prefeitura nada poderia fazer; fiz indicações, requerimentos e pedi fotos; nas últimas chuvas, as ruas ficaram alagadas e as galerias sem escoamento, tenho fotos e as respostas às indicações e requerimentos, que pretendo juntar e mandar para os jornais; os moradores vão contratar, por conta própria, um engenheiro civil, para que seja feito um laudo, para ingresso dos cidadãos no Ministério Público, porque a prefeitura diz que os bueiros estão limpos, mas, verdadeiramente, só na superfície, porque, profundamente, estão entupidos”, explanou. Na sequência, versou a respeito do Projeto Maguila, localizado no Parque das Laranjeiras, colocando que, em breve, seria divulgada uma boa notícia relativa ao projeto, no Estado de São Paulo e Brasil, quando todos tomariam conhecimento. Também se congratulou com o S.O.S., objeto da Moção do Vereador Marcos Bento, porque tinha frequentado o curso de engraxate, pelo S.O.S., nos anos de 1978 e 1979, agradecendo o conhecimento recebido. Concluindo, citou a questão da CIP e relatou que o projeto havia sido remetido à Casa, no final do ano de 2013, com planilha de custos e outros documentos, fora votado às pressas, infelizmente, e que, mês depois de votado o projeto, uma empresa tinha sido contratada, sem licitação. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que retornou às críticas contra vereadores, que insistiam em dizer que o SAAE seria privatizado, quando ele, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

como os demais, havia votado parceria público-privada, e lembrou, que muitos tinham votado a concessão dos Serviços de Saneamento – SESAMM. Sobre o abaixo-assinado, coletado em apoio ao plebiscito sobre o SAAE, informou que muitas pessoas o haviam assinado, sem saberem do que se tratava, pois, alguns vereadores da oposição pregavam a mentira na cidade e esta era a principal razão do motivo pelo qual a população precisava participar das audiências públicas, para debater a verdade. Refutou mais uma vez a palavra “privatização” e que votaria contra o requerimento da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, se ela não alterasse a redação do mesmo. Depois, passou a defender o Vice-Prefeito e Secretário de Saúde, Gérson Rossi Junior. “Agora o Gérson é culpado, por que há trinta anos não fizeram um ralo? Ora, vamos parar com a demagogia e com as mentiras, para tentar queimar a imagem do outro, pois isso faz parte da política suja, baixa, rasteira, de pessoas que pisam nas outras pessoas, para ganhar a eleição; estou fazendo minha parte, não estou mentindo para o povo; não nasci vereador, sou vereador na cidade, mas os que temem perder as eleições têm que fazer alguma coisa e fazem, mentindo na cidade e dizendo ‘privatização’ a uma concessão; talvez, os que estão encabeçando o abaixo-assinado não saibam ler; certeza que o Secretário de Saúde está fazendo um trabalho de primeira, e aos que o criticam, digo que procurem dar soluções, mostrem um caminho, ao invés de fazer escândalos na tribuna”, frisou e concluiu. A próxima oradora em “Explicação Pessoal” foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que explicou que a concessão do tratamento de esgotos se dera no primeiro mandato de Carlos Nelson Bueno, que ela não tinha votado a lei, porque não era vereadora, haja vista que tinha perdido a eleição para ele. Em seu discurso, afirmou que o atual Secretário de Saúde e Vice-prefeito Gérson Rossi Junior, tinha sido por oito anos o chefe de gabinete de Carlos Nelson Bueno, sendo, portanto, conhecedor de todos os processos da administração e que, ele era o responsável pela precária situação das UBSs do município. “Porque o Secretário de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Saúde e ex-chefe de gabinete do Carlos Nelson, conhecedor de tudo, não foi capaz de tratar com empreiteiros e fornecedores da obra de reforma das unidades de saúde, portanto, ele é o responsável, porque está tudo mal feito e, eu penalizo o Secretário de Saúde, que tem que averiguar e é o conhecedor de tudo; quando Carlos Nelson Bueno foi prefeito, ele, Gérson, compactuou para que não fossem reformadas as UBSs, porque Carlos Nelson queria concentração de atendimento na Santa Casa, e Gérson sabia disso, estava ao lado do ex-prefeito e ele tem muita culpa nisso tudo”, sublinhou e finalizou participação. Não havendo mais Vereadores inscritos e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h42, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM